

# DA INCAPACIDADE À NEURODIVERSIDADE: A NECESSÁRIA DESCONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS NEURODIVERGENTES

I Simpósio Regional da Amazônia Ocidental em Saúde Coletiva, 1ª edição, de 26/04/2023 a 28/04/2023  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-028-1

VIANA; Thiago da Silva Viana<sup>1</sup>, MIGUEL; Vinícius Valentin Raduan Miguel<sup>2</sup>

## RESUMO

**Introdução:** A presente pesquisa apresentará os principais aspectos históricos e conceituais acerca das neurodiversidades, as necessidades dos indivíduos assim reconhecidos, as eventuais dificuldades de inclusão social que apontam para sua vulnerabilidade. **Objetivos:** O objetivo da pesquisa é identificar a existência de ações em políticas públicas disponíveis à pessoas neurodivergentes, voltadas à melhor qualidade de vida e inclusão nas diversas esferas sociais (educação, trabalho, saúde), diagnosticar a existência de discussões a respeito, lançando mão de pesquisas interdisciplinares das ciências humanas (sociologia, psicologia, direito) e da saúde. **Método:** Para o alcance dos objetivos estabelecidos nesta investigação, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica.

**Resultados:** A pesquisa revelou que enquanto pessoas em situação de depressão, de déficit de atenção e hiperatividade, de bipolaridade, no espectro autista, e em dislexia eram tratados como deficiência, a participação social do indivíduo desaguava em estruturas de segregação, tendo em vista a rotulação de quais pessoas era considerados normais ou desejáveis no convívio em sociedade, e quais não eram (DINIZ, 2007; OLIVER; BARNES, 1998; SINGER, 2017). A depender do nível da “deficiência” ou “incapacidade”, a exclusão social era materializada em internações hospitalares, ambiente este que passou a ter uma função política e social de enclausuramento dos desprovidos financeiramente, e inviabilizando o desenvolvimento das habilidades sociocognitivas desses indivíduos (ALENCAR *et al*, 2022). Por outro lado, sob o prisma da neurodiversidade, se tem a compreensão que há várias formas neurocognitivas de funcionamento dos cérebros e mentes de nossa espécie, a evidenciar um fato biológico característico de um grupo, não de um indivíduo. Em outras palavras, quando uma pessoa diverge dos padrões sociais dominantes do funcionamento neurocognitivo dito “normal”, ele não “tem” neurodiversidade, ele “é” neurodivergente (WALKER, 2014). A compreensão desse novo paradigma já epistemológico tende a ser capaz de alterar os parâmetros de aceitação e inclusão social dessas pessoas, passando a enxergá-las não mais como doentes, mas como diferentes. Assim, os dados obtidos evidenciaram a importância do conhecimento dessa temática, seja para os profissionais que trabalham na educação e famílias de pessoas neurodivergentes, bem como para a sociedade em geral. Isso oportunizará o desenvolvimento dos neurodivergentes, de forma que o seu modo “ser” seja valorizado e as suas potencialidades sejam contempladas. **Conclusão:** Diante do exposto, defende-se neste estudo que a compreensão dessa mudança de paradigma conceitual e principiológico que sustentam a neurodiversidade corroborará com a diminuição de práticas excludentes, ensejando, a propósito, o desenvolvimento de habilidades que melhorem a qualidade de vida e ampliem possibilidades, progresso e/ou adaptação para o desempenho de tarefas cognitivas e relacionais, bem como a formação de estratégias para administrar situações decorrentes de determinada condição neuropsíquica. Todavia, ainda há um longo percurso a seguir na busca de uma educação que contemple à naturalização das diversidades e singularidades existentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidades, Inclusão, Deficiências

<sup>1</sup> Faculdade Católica de Rondônia, thiago.viana@fcr.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal de Rondônia, viniciusmiguel@unir.br

